



Ministério da Justiça
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 14, DE 17 DE JUNHO DE 2009

O Secretário Nacional de Justiça, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve:

CONSIDERANDO que têm sido freqüentes os pedidos de readequação de obras audiovisuais, para reexibição em horários e classificações indicativas diversos dos originalmente atribuídos;

CONSIDERANDO que a interpretação extensiva adotada pelo Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do art. 10 da Portaria MJ nº 1.220, de 11 de julho de 2007, não se tem configurado na forma mais adequada para a solução de tais questões;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de decisões que atendam à razoabilidade, compatibilizando-se a política pública da classificação indicativa, os interesses de exibição de obras audiovisuais e o interesse público;

CONSIDERANDO a prioridade absoluta que deve ser conferida à criança e ao adolescente, nos termos do artigo 227 da Constituição Federal e dos artigos 3º e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990); resolve:

Art. 1º Os pedidos de reclassificação, para reexibição, de obras audiovisuais seriadas, que originalmente tenham sido classificadas para faixas etárias superiores a "NÃO RECOMENDADA PARA MENORES DE 10 ANOS", deverão ser instruídos com a versão integral a ser exibida e serão submetidos a análise prévia.

Art. 2º O prazo para análise do requerimento, devidamente instruído, será proporcional à quantidade total de horas da obra audiovisual enviada, nos termos seguintes:

- I. menos de 50 horas:30 dias de prazo;
- II. de 50 horas a 100 horas:45 dias de prazo;
- III. mais de 100 horas:60 dias de prazo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEY TUMA JÚNIOR